

O Campus
nº 60 é o
último de 83.
Boas férias!

Campus

Jornal-laboratório do Departamento
de Comunicação da UnB N° 60 Segunda Quinzena
de Novembro de 1983

377.4 (317.4) (05)
79.261.142
Não rasgue
ou esconda o
Campus. Passe
prá frente..

Eis o nosso jornal

O Campus
nº 60 é o
último de 83.
Boas férias!

Campus
Jornal-laboratório do Departamento
de Comunicação da UnB N° 60 Segunda Quinzena
de Novembro de 1983

Não rasgue
ou esconda o
Campus. Passe
prá frente..

Eis o nosso jornal



O outro lado da meia-noite
Vida e morte frente-a-frente no plantão do pronto-socorro

ESPAÇO

Experimentando e aprendendo

Campus

CPD encontra a saída produzindo tecnologia própria na UnB

Universidade nas mãos do computador

Falta de politização provoca desinteresse pelas atividades dos Centros Acadêmicos

Jornal da Feira: comunicação a sua defesa do consumidor

Patrimônio da UnB é alvo de especulação imobiliária

Secretário nega ocorrência de crimes violentos em Brasília

A COMUNICAÇÃO NA PRÁTICA
No meio do fogo, o setorista

Rádio: cadê a criatividade?

"Querubim de ministro"

Campus já é conhecido por 83% da comunidade acadêmica

PREÇO LIVRO
Preço do livro não desestimula o leitor

Potencial de água do Nordeste é suficiente

Serpa quer varrer elite do poder

Doutrina de segurança nacional é condenada por comunicadores

Bolívar: o sonho até hoje frustrado

Futebol de Brasília

Só Taguatinga tem espírito empresarial

Televisão é inimiga

REC contra TEC: noite de luz e brilho em Taguatinga

O canal é ouro do produtor

Alternativos já têm uma história

HA VAGAS, ou lá poeta em Brasília

O outro lado da meia-noite

Vida e morte frente-a-frente no plantão do pronto-socorro

Sheila Perru e
Paulenir Constâncio

Zero hora de uma sexta-feira no Pronto-Socorro do Hospital de Base. Muitas pessoas estão aqui para cuidar de uma dor ou mal-estar. Outros encontraram problemas com acidentes de todo tipo, abusos alcoólicos ou foram vítimas de violência. Muitos estão entre a vida e a morte.

Esse é "outro lado da vida", como o definiu Idagmar, o agente de polícia de plantão. "Convivendo com a miséria", diz Idagmar, "a gente aprende a dar valor à vida". Durante seis horas respiramos os dramas encenados no corredor largo e comprido do PS. Os faxineiros jogando água e sabão, esfregando e puxando a água suja, as pessoas passando e espalhando de novo a sujeira, o ruído dos automóveis no estacionamento, um médico que analisa um prontuário, uma enfermeira empurrando um carrinho cheio de vidrinhos, potes, seringas e comprimidos, o toc-toc de sapatos fazendo eco no corredor... a gente perde a noção da vida lá fora, da noite fria, do ar fresco e da grama úmida.

Driblando os faxineiros com suas vassouras e rodos, entramos no corredor, à direita. A primeira sala é o plantão do Corpo de Bombeiros, para prevenir incêndios no prédio, soltar pessoas de elevador encaixado ou segurar algum desviado à solta. A segunda, é o plantão policial, onde conhecemos o agente Idagmar. Ele acha que a imprensa deveria ter maior liberdade dentro dos hospitais e que a sua atuação influi no padrão de atendimento, especialmente em relação aos familiares dos doentes, que não recebem atenção satisfatória e

ficam desorientados. A saleta do Posto Policial é agitada com os casos que implicam em acidente, agressões, encaminhamentos para o IML, problemas de segurança interna, além das pessoas que simplesmente querem usar o telefone.

Ao lado há uma sala de espera, onde os familiares de doentes aguardam a sua liberação. Alguns parecem exaustos, usando como travesseiro uma bolsa ou o colo do namorado. Em outra sala, homens e mulheres adormecidos em macas, cobertos com lençóis brancos, o frasco do soro suspenso no gancho ao alto, o tubo de borracha descendo até a agulha encravada na veia e presa com esparadrapo, o líquido vertendo muito lentamente. São pacientes que já receberam o atendimento possível e estão em recuperação ou aguardando transferência.

"Acidente brabo"

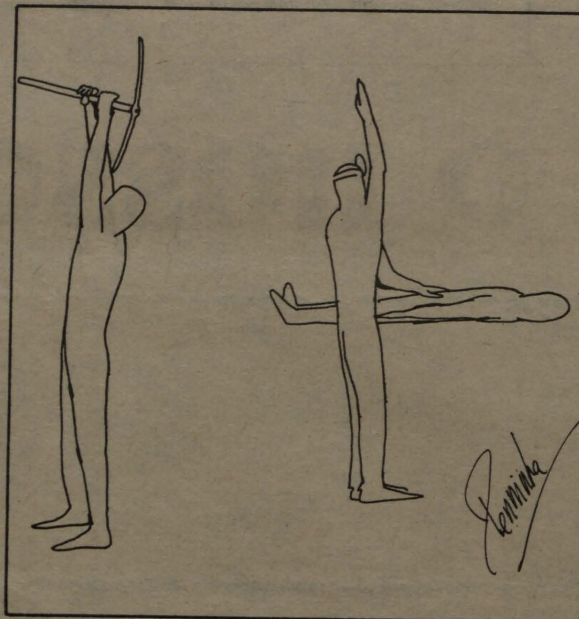
Voltamos ao Posto Policial. Um vigilante da portaria entra correndo: — "O PM, acorda! Chegou acidente brabo aí!"

O PM se levanta, esfrega os olhos e sai com a prancheta na mão perguntando: — "Foi pra 'Cirurgia' ou 'pro' 'Politraumatizados'?"

— "Foi 'pro' Poli e foi correndo. Tá ruim demais." Responde o vigilante.

Olha o guarda aí de novo! — "Bateu um Bugre na 407 Sul com cinco ocupantes. Uma moça chegou morta." O garoto de quinze anos que dirigia o carro ainda tenta se livrar da responsabilidade. A outra moça ferida está com os médicos, seus gritos são desesperados.

Resolvemos tomar um café com leite na lanchonete com esperança de que houvesse uma trégua. Ilusão! Na volta encontramos o movimento maior, com



a mãe dos rapazes do bugre prestando informações e ouvindo tudo sobre o processo que o pai deles terá que responder.

No corredor ele quase colide com uma maca que transporta um motociclista acidentado em Luziânia levado às pressas para a Cirurgia.

Entra um casal correndo, quer usar o telefone. Tem um homem passando mal, é preciso avisar à esposa. Na sua carteira há vários números de telefone, menos o da casa dele. Foi recolhido na Rodoviária. Sua respiração está violentamente alterada. Seria bom demais se ele

começasse a respirar normalmente... Fico sabendo que seu nome é Osaias, é chefe da segurança das Casas da Banha.

A primeira preocupação dela é com a possibilidade de ter de pagar multas; a segunda, é com a reação do marido que é capaz de "correr com os meninos de casa", depois ela olha em volta espantada e quer saber "como é que esses meninos aprendem a dirigir sem ninguém ensinar".

De repente estou conversando com um dos rapazes, o namorado de Marta, a moça que morreu. Ele começa a falar de uma prova que vai fazer daqui a pouco, às sete da manhã. Ele

acha que "a Marta vai morrer porque o médico falou", e, ao mesmo tempo, não acredita nisso porque "o carro não estava nem a 60". Fica difícil entender a conversa dele, porque nós vimos o policial explicando a ele que a menina já chegara ao PS sem vida.

No apartamento de Marta o telefone não responde. A patrulha foi lá e voltou trazendo o patrão dela, que estava visivelmente chocado e aflito, chorando muito.

Estranha paz

Afinal, cada um toma o seu rumo. Os feridos recebem alta e vão depor na Delegacia, o adolescente é poupado e se apresentará à polícia daqui a dois dias. O corpo de Marta irá para o IML. O Pronto-Socorro recupera aquele aspecto de uma estranha paz feita de exaustão física e sedativos. Caminhamos pelo setor de pediatria, vemos muitas crianças acompanhadas de pai ou mãe. Nos corredores encontramos pessoas revoltadas com o que consideram péssimo atendimento médico. Basta olhar em volta para se compreender por que: na Cirurgia Geral, um médico e duas enfermeiras atendendo a cerca de 45 doentes, e a todo momento chegando mais. Somando-se todos os setores do PS pode-se contar cerca de 150 internados. Vestido de azul, mostrando cansaço, um jovem médico desaba: "Desde as 19 horas uma cirurgia atrás da outra."

O agente Idagmar está a sete anos neste posto, em plantões de 24 horas por 48.

— Você já deve ter se acostumado, indago.

— "Ninguém acostuma!"

ESPAÇO

O que acontece com um jornal quando rompe com seu processo normal de elaboração?

O Campus n° 60 viveu uma experiência nova ao implodir sua estrutura de editoriais, à qual tem estado amarrado nestes três últimos semestres. Uma tentativa de dar oportunidade aos alunos de terem a liberdade de traçar sua pauta, independente da editoria a que estivessem vinculados.

Esta súbita mudança, introduzindo um esquema de total liberdade, em que cada um poderia escrever sobre o que quisesse até então inédito em nossa redação, provocou uma certa perplexidade entre repórteres e editores. Alguns deles com bastante experiência se viram, de uma hora para outra, em dificuldades de definir sua pauta. Outros substituíram-na diversas vezes ou então acomodaram-se, optando por temas tratados por suas editoriais anteriores.

Experimentando e aprendendo

O fator "tempo na produção" também foi maior, consequência de discussões sobre a pauta — uma gestão coletiva —, da demora na execução e, no processo de seleção final das matérias que iriam ou não ser aproveitados neste número, feita com a coordenação dos professores. Isto porque, pela primeira vez, a quantidade de matérias produzida foi maior do que o espaço disponível. Este fato provocou uma espécie de concorrência, onde prevaleceram as reportagens mais bem escritas e que dispenderam maior esforço de cobertura.

Pode-se dizer que o volume de trabalho total foi

bem maior, tanto para os repórteres-alunos, como para os professores-editores, sempre com a preocupação de se manter a qualidade. Como consequência, o processo de ensino-aprendizado foi intensificado, numa experiência semelhante com a do final do semestre passado, quando, no mesmo período, a redação produziu um jornal com o dobro do número de páginas.

Como consequência da ausência de uma passagem prévia pelo crivo da editoria, o que se teve também foi uma grande diversidade marcada pela diferença de estilo entre o pessoal da redação, uma importante experiência em se tratando de um "jornal-laboratório".

Assim, este Campus não traz o Muro, nem a página de Ciências, mas o esporte e a comunicação ganham espaço. O restante, coincidentemente encaixou-se mais ou menos no esquema anterior de páginas, embora algumas matérias situem-se entre os temas de duas editoriais.

Nosso número 60 é uma produção marcada pela seleção da qualidade, pela incursão em novas áreas e por assuntos que vinham sendo guardados por cada membro da redação na expectativa de que ainda viessem a ser pautados.

Esta experiência trouxe ao Campus um espírito novo de mudança, de repensar aquilo que vínhamos fazendo. Aproximou-o de seu verdadeiro objetivo, que é fazer do jornal um verdadeiro laboratório, um exercício permanente de criação.

A Redação

Campus

Jornal-laboratório do Departamento de Comunicação. Supervisão Editorial: Profs. Murilo Cesar Ramos, Carlos Augusto Sette Arcelina Helena. Editora de fotografia: Luiza Venturéli. Fotografias: Márcia Suyene, Hélio Vieira e Reinaldo Freitas. Diagramação: Vitorino N. de Souza (JBr) e Guilherme Soares (Campus). Ilustração: Peninha.

Redação: Marcelo Coelho, Paulenir Constâncio, Pedro Coe, William Santiago, Ieda Prestes, Luiz R. Nader, Ilara Viotti, Luiza Modesto, Marcelo Vieira, Sandra Fernandes, Armando Bulcão, Cristina Gutemberg, Humberto Pereira, Sheila Perru, Anand Rao, Carlos A. de Almeida, Cátia de Abreu e Souza, Dêrcio Rodrigues, Diogo Neto, Glória Carvalho, Guilherme Soares, Heloisa Vieira, Jurema Campos, Kido Guerra, Lavina Ribeiro, Leda Pinto, Luiz C. Alves, Liliam Mandel, Manuel Hollanda, M. Amélia Bezerra, M. Cristina Bezerra, Rodrigo Fonseca, Rosane Reis, Sarita Carvalho e Walcyrama Santiago.

Endereço: Departamento de Comunicação/UnB, 70 901, Brasília-DF. Telefone: 274-0022, Ramal 2463.

CPD encontra a saída produzindo tecnologia própria na UnB

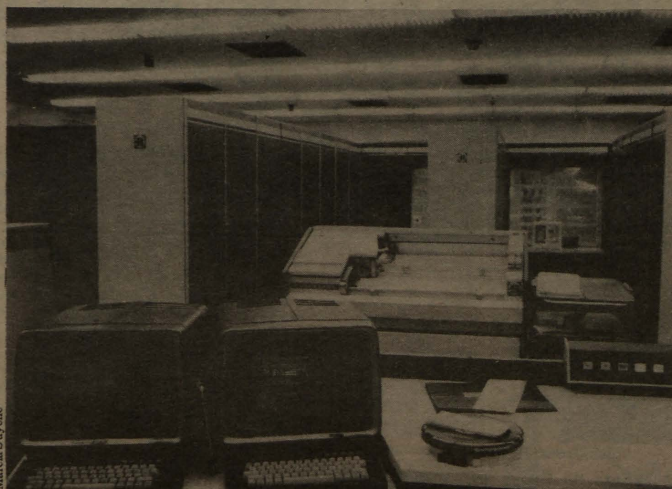
O computador central da UnB, um Burroughs 6700, comprado em 1974, já estaria completamente obsoleto se não fossem as pesquisas desenvolvidas dentro das oficinas do Centro de Processamento de Dados. Marco Antonio Werneck, diretor do CPD explica: "O que se tem feito é atualizar essas máquinas, tirando algumas coisas do miolo delas que não seriam muito boas e colocando coisas mais modernas. Não temos propriamente um laboratório, mas uma oficina de fundo de quintal".

Só existem duas saídas para a expansão do CPD: comprar ou produzir. "Se a gente fosse pela história do fabricante, estaríamos sempre comprando mais, mais e mais", diz Werneck. A cada ano são lançados computadores novos no mercado: troca-se a cor do painel, oferece-se um pequeno recurso a mais e estão declaradas obsoletas todas as máquinas até então existentes. Coisa muito parecida com aquela velha história de trocar o pára-lama e lançar um novo carro. Filosofia de vencedor.

E o CPD tem condições de produzir seus equipamentos? Um relatório encaminhado à Reitoria em julho de 82 afirma que sim. Segundo ele a compra de uma máquina nova de grande porte custaria, em cruzeiros, por volta de setecentos milhões e a expansão do atual computador central feita pelos técnicos do próprio CPD, custaria aproximadamente cem milhões. Uma economia razoável, considerando-se que desse modo eles mesmos também tratariam da parte de manutenção, o que na época economizaria por ano o equivalente a trinta milhões de cruzeiros.

FABRICANDO MEMÓRIA

Em lugar de comprarem máquinas de gerações mais novas, o CPD tem investido em entender melhor sua máquina. Werneck faz uma comparação engraçada: "Nós temos um calhambeque



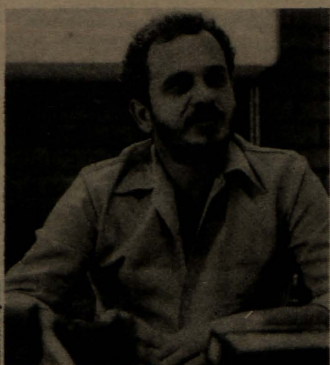
O CPD atualiza suas máquinas para obter maior rendimento e economia

bem envenenado que tem dado pau nos carros mais novos". Coisas como tomadas que ligam terminais ao computador, controladores de linha, que permitem a ligação de um número maior de terminais ao computador, são fabricados por técnicos e engenheiros eletrônicos formados aqui na UnB. Estes componentes, se comprados, custariam 150 mil dólares. Fabricados nas oficinas do CPD custam 150 mil cruzeiros.

Até memória para o computador central, que na linguagem dos técnicos se traduz como "processadores especializados em comunicação de dados", foi produzida num projeto conjunto da UnB com Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Um recente convênio firmado com a Dataprev e o Banco do Brasil con-

seguir a doação de quarenta terminais, que estão sendo recuperados nas oficinas do CPD. Trinta deles serão distribuídos pelos departamentos restantes formarão o primeiro laboratório especializado para os alunos do curso de Processamento de Dados.

O que estimula muito o trabalho desses técnicos do CPD é a sua política interna. Como diz Werneck, "o que eu não posso dar em dinheiro, eu dou em treinamento aos meus técnicos. Sempre que perdemos um técnico de alto nível, em vez de contratarmos outro de fora com o mesmo nível, promovemos alguém daqui mesmo. Isso foi se reciclando de tal forma que hoje não temos nenhuma inteligência importada". (Lavina Ribeiro).



Werneck: pela descentralização

Ninguém conhece melhor as finanças, o patrimônio, o orçamento e os recursos humanos da UnB, do que seus computadores. São trinta e oito sistemas trabalhando durante as vinte e quatro horas do dia, inclusive aos sábados e domingos, em serviços administrativos, de ensino e pesquisa, para toda a comunidade universitária. "Hoje, se os computadores parassem, a universidade pararia", afirma o diretor do Centro de Processamento de Dados da UnB, Marco Antônio Werneck.

O computador entrou na vida universitária prioritariamente para executar serviços administrativos. Mas nem só do cadastramento de alunos, professores, funcionários, móveis e imóveis vivem atualmente os computadores da UnB. As áreas de ensino e pesquisa lutaram por um espaço nesse meio e o que foi investido na computadorização dos serviços administrativos, hoje é um suporte valioso para aquelas áreas. Tamanho é o volume de pesquisas que contam com o computador para processar suas informações que alguns departamentos já possuem terminais próprios. Os outros, sem recursos para tanto, vêm solicitando ao Centro de Processamento de Dados que os instalem em seus departamentos.

A demanda é crescente e não só

dos pesquisadores, mas dos alunos. O problema hoje é conseguir um contato satisfatório entre os alunos de cursos como Estatística e Processamento de Dados e a máquina. São muitos alunos para poucos terminais. Só quem opera diretamente com os computadores são os alunos com projetos específicos do curso de Processamento de Dados e pós-graduandos de outros departamentos. A sobrecarga desses trabalhos e também dos vinte terminais instalados na Biblioteca Central (consomem 70% dos recursos do computador central), tem obrigado os técnicos a processarem os

serviços administrativos pela madrugada e nos fins de semana.

DESCENTRALIZAÇÃO

Descentralizar, esta é a filosofia que orienta os projetos apresentados pelo Centro de Processamento de Dados à reitoria da UnB. Primeiro, formar uma rede local de pequenos computadores e terminais independentes em cada departamento, interligados ao computador central do CPD. A memória mini e micro-processadores fabricada hoje tem condições de armazenar as informações geradas em cada departamento, com a vantagem da autonomia e possível sigilo das informações selecionadas. Muito da luta do Centro Acadêmico do curso de Processamento de Dados é a formação de laboratórios especializados para os alunos, o que seria possível com essa descentralização.

As universidades federais da Paraíba e do Rio de Janeiro estão interessadas na formação de uma rede universitária nacional de computadores. "Mas isso só será viável quando as universidades possuírem terminais espalhados por todos os departamentos" explica Marco Antônio Werneck. Porque o interesse é aumentar em intensidade o volume, o intercâmbio de informações entre professores e alunos de outras universidades. (Lavina Ribeiro)

Crise na cooperativa pede solução

A Cooperativa dos Servidores da UnB (CooS UnB), instituição comunitária mais antiga da universidade, vem tendo sérios problemas financeiros. Corre o risco, inclusive, de fechar, deixando de servir aos 1.200 associados, que vêm, ao longo de seus 15 anos de funcionamento, usando as vantagens de comprar alimentação, roupas e calçados com o pagamento em 60 dias.

A Cooperativa não possui capital de giro para pagar os seus fornecedores. Perdeu o crédito devido aos constantes atrasos de pagamentos, decorrentes do fato de que o capital existente (15 milhões de cruzeiros) está empregado em máquinas, móveis e veículos. A CooSUnB usa imóvel da FUB e por ele não paga aluguel, além de despesas de manutenção (água, luz, etc.).

FALTA APOIO

Segundo seu presidente, Djanir Nunes Diener, a cooperativa não recebe, além do uso do imóvel, nenhuma outra ajuda da FUB. Seu capital é proveniente das cotas subscritas por seus associados, em sua maioria composta por funcionários de baixo poder aquisitivo. Outro problema que a administração tem encontrado é a falta de remuneração de seu pessoal, que trabalha gratuitamente e nas horas de folga, uma vez que não têm licença do trabalho para servir à cooperativa.

Com o agravamento da crise econômica, os fornecedores não mais podem esperar 60 ou 90 dias para receber. Com cada dia mais elevadas as despesas administrativas e de pessoal, a cooperativa se viu forçada a baixar "medidas de emergência". Houve uma drástica redução no quadro de servidores. Dos 20 servidores, hoje só continuam 12. Foram dispensados servidores com 16 anos de casa.

O Decano de Assuntos Comunitários, Gentil Martins Dias, afirmou que a FUB está atenta aos problemas da cooperativa e fará o possível para ajudar. Há, no entanto, impedimentos legais para que isso ocorra. Não há vínculo legal entre a cooperativa e a FUB, o que impede a transferência de recursos. A Fundação vem estudando, através de sua assessoria jurídica, um meio de resolver o problema. Favorável ao projeto de soerguimento, o Decano já negociou com a administração da cooperativa a diminuição de prazo de pagamento dos associados para apenas 15 dias.

A cooperativa, da forma como tinha sido idealizada e até há pouco conduzida, era amplamente utilizada e tinha a vantagem de pagamento descontado na folha do mês seguinte. Atualmente, não há variedade nas gôndolas e os preços já não são atrativos, uma vez que a cooperativa não pode bancar os juros que os fornecedores cobram, por vezes de um só dia.

É preciso tomar providências urgentes. Os associados, a FUB, entidades oficiais, todos podem e devem ajudar. A cooperativa, se ampliada e eficiente, poderá servir também a professores e alunos, o que, nesta época de vacas magras, seria de enorme utilidade. Vamos cooperar. (Ilara Viotti e Lilian Mandel)

Falta de politização provoca desinteresse pelas atividades dos Centros Acadêmicos

O que é o CA? Esta é uma pergunta que todo calouro faz quando entra na UnB. E nem sempre ele sai da universidade sabendo ao certo o significado do Centro Acadêmico. Uns vêem o CA como um núcleo de grupos políticos, nem sempre preocupados com os problemas universitários, e que nunca se renovam. Outros consideram o CA apenas uma sala da qual se utilizam para estudar ou para contar "fófocas", como afirma Josenir Alves, aluna de Psicologia.

Em todos os CAs da UnB, a realidade é mais ou menos a mesma: a participação e colaboração dos estudantes deixa muito a desejar: faz-se tudo para conquistar mais um aliado, promovem-se "shows" musicais, palestras, exposições de filmes. Mesmo assim, a resposta é difícil e o CA acaba se resumindo a uma pequena minoria que trabalha e também decide por todos os outros. Estará correta essa organização do Centro Acadêmico? Serão estes CAs representativos?

ORGANIZAÇÃO

Dos 33 departamentos da UnB, 25 já têm o seu CA organizado, e os demais estudam o seu planejamento ou já possuem o CA em fase de estruturação. É o caso do departamento de Processamento de Dados que teve sua diretoria eleita em junho do ano passado. Segundo Giovanni Manuel Greco, presidente da Comissão Executiva, foi a partir da criação do Centro Acadêmico que se passou a questionar o curso e suas falhas. Foi numa assembleia de 70 pessoas convocada pelo CA que se decidiu, unanimemente, pela greve. "Mas para trabalhar mesmo não se consegue reunir mais de 15 pessoas", afirma Giovanni. Mesmo assim, ele vê o CA como uma experiência positiva: "A participação e conscientização dos estudantes vem aumentando depois da criação do CA. Antes a situação era pior".

A principal preocupação do CA do Processamento de Dados, representando um total de 220 alunos, é de ver atendidas as reivindicações dos estudantes, que se resumem "a alcançar um nível de ensino pelo qual o aluno adquira um senso crítico". Giovanni acredita que, se por um lado a greve prejudicou a estruturação do CA, por outro lado "ela definiu as pessoas que realmente participam, aquelas com quem se pode contar".

FUNCIONAMENTO

A maioria dos CAs funciona em regime de diretoria e com eleições anuais, contendo presidente, secretário, tesoureiro. É o caso por exemplo dos Centros Acadêmicos de História e Sociologia. Para o estudante de História Antônio Ricardo Guillen, frequentador assíduo do CA, não há discussão política na UnB devido à falta de um interesse comum da massa estudantil, "acomodada porque a maioria não sente os aumentos do bandeirão já que pertence a uma classe elitizada". "O fato desta classe não estar sempre em luta", acrescenta Guillen, "é um grande peso contra o movimento estudantil". No departamento de História, dos 150 alunos, as assembleias contam em média com a participação de 50 e a nova diretoria, eleita no final deste semestre, promove todas as 3ª feiras manifestações culturais (filmes, músicas), como forma de atrair e conseguir reunir os estudantes.

Quase o mesmo ocorre no Departamento de Ciências Sociais, o tão badalado CACISSO, que abrange os cursos de Sociologia, Serviço Social e Antropologia, representando um total de 420 alunos. Nas reuniões semanais do CACISSO, a participação é de mais ou menos 30 estudantes. Para Ronaldo Bal-



Mobilização e interesse só acontecem de fato nas vésperas de eleições

tar, presidente do CA, a participação deixa muito a desejar. Ele considera que o desinteresse pela universidade e pelo próprio curso explicam a falta de participação no CA: "Quem não se interessa pelo próprio curso não pode estar disposto a discutir a sua melhoria".

AVALIAÇÃO

Segundo Guillen, aluno da História, o máximo que o CA do seu departamento conseguiu foi uma organização interna entre os estudantes e nenhuma outra conquista social. "Vivemos na UnB num estágio diferente do que vive o país. Não há evolução dentro da universidade enquanto lá fora, o país caminha com grandes conquistas como as eleições diretas para governador e a greve geral organizada pelos trabalhadores. Aqui ainda perdura um regime ditatorial com a figura do Capitão Reitor". "Os CAs", conclui Guillen, "tem mais é que tentar aumentar a participação para que consigam ser mais representativos".

Para o Departamento de Agronomia, "estar presente no movimento estudantil é muito importante pois está abrindo margem para o ano que vem", afirma o presidente da Agro-flor, Ida Cláudia. Para Ida, a sua diretoria não só rejeitou antigas atividades mas também propôs novos canais de participação (grupos de piscicultura, comissão de mural).

NOVA PROPOSTA

O CA de Física (CAFIS), que se considera num estágio avançado, é o único Centro Acadêmico a funcionar sem uma diretoria. A nova proposta de pretensão democrática, surgiu a partir do questionamento da antiga estrutura, onde existia apenas a participação de lideranças que não se renovam.

"O CA são todos os alunos de Física, por isso não deve existir uma estrutura de poder. O importante não é a competição para alcançar o poder mas a discussão do curso em si", explica Zolacir Trindade Júnior, aluno de Física. Para ele, a nova proposta funciona bem: "Apesar de ter sido difícil o seu começo — quando se conseguiu reunir, no máximo, oito pessoas em assembleias — depois a coisa se tornou dinâmica". A cada nova assembleia cria-se uma nova comissão aberta à participação de professores, alunos e funcionários e esta comissão toma todas as funções que tomaria a diretoria. E o bom deste sistema é a flexibilidade que se tem para agir. Ninguém depende de ninguém para

organizar uma assembleia geral e as pessoas acabam participando mais".

O sucesso dessa nova proposta, segundo Zolacir, pode-se explicar pelo

fato do Departamento de Física contar apenas com 120 alunos, o que facilita o entrosamento. Mas Zolacir reconhece que quem mais participa e colabora com o CA é o pessoal que está no profissional, de 35 a 40 pessoas.

MOVIMENTO NACIONAL

Para Flávio Montiel, presidente do DCE, o movimento estudantil em geral, caiu demais de 79 para cá: "há falhas enormes, quanto à estruturação política e organizativa". Para ele, os CAs deveriam estar mais próximos dos estudantes e funcionar como um canal de contato da UNE com o estudantado, o que não ocorre com alguns onde há falta de política de participação".

A tentativa de se buscar formas alternativas de organização do Centro Acadêmico, como o CAFIS, pode significar um avanço para o movimento estudantil. Ao menos, a existência de uma nova forma organizativa, demonstra a preocupação em tornar o CA um núcleo representativo, que responda realmente aos interesses coletivos do estudantado. (Walcyrama e Maria Cristina).

Jornal da Feira: comunicação atua em defesa do consumidor

Para que tantos órgãos de defesa do consumidor se a maior parte da população nem sequer tem recursos para se alimentar?

No Brasil já existem mais de 60 órgãos e na maioria deles a comunicação com o público é feita através de jornaizinhos esporádicos dessas associações. O *Jornal da Feira*, veículo de divulgação da CODECON (Coordenadoria de Orientação e Defesa do Consumidor) órgão do Ministério da Agricultura é um deles, apresentando uma proposta informativa bem abrangente.

Entendendo que o consumidor necessita ser mais bem informado e orientado, Rosana de Cássia Liberado, coordenadora da cursal de Brasília afirma que a CODECON tem como objetivo levar ao público consumidor, um maior número de informações para que ele seja o agente de sua própria defesa. A CODECON orienta quanto ao abastecimento e preço dos gêneros alimentícios de primeira necessidade, aproveitamento do consumo dos alimentos da melhor maneira possível e esclarece quanto ao estado de conservação do produto. Para isso, ela dispõe de um serviço de abastecimento, um setor de orientação alimentar e de um departamento jurídico, que conscientiza o consumidor de seus direitos. A CODECON, muitas vezes chega até apresentar queixas junto aos órgãos fiscalizadores, encaminhando denúncias recebidas através do telefone 223 2472, o "Telefone do Consumidor", que recebe em média 25 ligações diárias.

Rosana declara que o *Jornal da Feira*, ao receber uma denúncia, coloca em campo sua equipe de repórteres para constatar in loco a veracidade do fato. Nesse caso o jornalismo aparece cumprindo uma função semifiscalizadora. Por exemplo: se um estabelecimento estiver vendendo um produto estragado, a reportagem questiona a gerência porque isso está acontecendo. Se a gerência contesta de forma não convincente, o material é levado para análise laboratorial e imediatamente o fato é noticiado. Se a análise laboratorial confirmar a irregularidade a denúncia é divul-

gada à opinião pública, obedecendo a um critério de comunicação que tem sempre o intuito de mostrar ao consumidor a importância de sua atitude ativa.

DENÚNCIAS

De março de 82 até agora, a CODECON recebeu 4.300 chamados telefônicos, sendo 1285 denúncias e o restante pedidos de orientação. As principais denúncias constatadas pela equipe da CODECON, foram a adulteração dos produtos, falta de refrigeração nos estabelecimentos, prazo de validade vencido (produtos perecíveis) e objetos estranhos nos alimentos, tais como: refrigerantes, cerveja, enlatados, sucos etc.).

Rosana diz que infelizmente não existe no país uma legislação que dê respaldo ao consumidor, alertando, no entanto, que a CODECON não tem função policial, sendo apenas um intermédio entre os órgãos de fiscalização e o consumidor. A fiscalização oficial é feita pela Secretaria de Saúde, Inmetro (Instituto Nacional de Metrologia Normalização e Qualidade Industrial) e pela Delegacia Federal da Agricultura.

Os mídias usadas para a veiculação das mensagens são a TV, que atinge a todas as camadas sociais e com um impacto maior, o *Jornal* que atende a classe média e média alta, e o rádio que cobre uma faixa da classe média e média baixa. Na TV Nacional, o *Jornal da Feira* tem um programa diário de 10 minutos. Nas Rádios Nacional, Planalto e Alvorada, o *Jornal da Feira* tem várias entradas ao longo do dia. Para isso dispõe de um estúdio de rádio instalado em sua própria redação. Os programas divulgam notícias, dão orientações alimentares e suas alternativas, dicas para comprar, entrevistam consumidores e autoridades. O público pode ainda utilizar-se do serviço especial de informação pelo telefone 148.

Num país de miséria onde o consumidor é tão vilipendiado, essas iniciativas podem não ser suficientes mas servem para despertar o público para os seus direitos. (Heloisa Helena Vieira).

CIDADE

Ocupação Urbana

Patrimônio da UnB é alvo de especulação imobiliária

O «boom» da especulação imobiliária que Brasília vive hoje foi previsto há pelo menos 10 anos, quando, durante o I Seminário de Estudos dos Problemas Urbanos de Brasília, o arquiteto Lúcio Costa alertou para a existência de grande quantidade de super quadras «bloqueadas», pertencentes à UnB e outras entidades, sugerindo a aplicação de medidas visando acelerar a ocupação dessas áreas.

Naquele momento, foi sugerida a aplicação de medidas fiscais neste combate, o que porém foi feito em relação apenas a outros tipos de lotes, com a chamada retrovenda, ou seja, um prazo para o proprietário construir em seu terreno. No entanto, o alvo principal, as super quadras, permaneceu intocável.

FUB

A Fundação Universidade de Brasília é, atualmente, a maior proprietária de projeções não construídas no Plano Piloto. De seus 90 lotes situados em super quadras, apenas 18 já foram ocupados, enquanto 72 não ultrapassam as dimensões de projeto. A princípio localizados nas quadras 205, 206, 107, 108, 307 e 308 — todos na Asa Norte — estes terrenos foram doados à Fundação pelo seu decreto de criação, como forma de proporcionar um patrimônio rentável que auxiliasse em sua sustentação financeira.

No decreto, não há cláusulas que impeçam a venda destes terrenos, desde que o dinheiro seja reempregado na aquisição ou construção de imóveis de igual valor. Nestes termos, a UnB recentemente fez uma permuta com a Caixa Econômica Federal, na qual entrou com suas onze projeções da super quadra 206. A CEF projetou e construiu todos os blocos, e recebeu como pagamento a propriedade de seis deles, ficando a Fundação com os outros cinco. Em outras palavras, a Universidade não diminui o valor de seu Patrimônio, ainda obtendo uma nova fonte de recursos, e contribuiu para o aumento do número de habitações disponíveis no Plano Piloto.

Uma outra permuta foi feita, em diferentes termos, com a DASP, há alguns anos. Interessado nas quadras 108, 307 e 308, o próprio DASP fez uma avaliação dos terrenos, que posteriormente foram trocados com a UnB pelas quadras 212, 213 e 214 Norte, de menor valor imobiliário. Pelo contrato, ficou estipulado que a diferença seria paga em dinheiro, que a UnB reinvestiria na construção de novos blocos. Segundo o Cel. Lister de Figueiredo, Superintendente Executivo da Universidade, a dívida se arrasta até hoje, não tendo a Fundação recebido uma parcela sequer.

Especulando

Segundo planos para a construção de novos blocos, a UnB está atualmente especulando no mercado imobiliário, numa época em que está tão difícil a moradia no Plano Piloto. O professor José Carlos Coutinho, do Departamento de Arquitetura, acredita que «a Universidade não pode funcionar como um agente imobiliário e vender suas projeções para captar lucro. Ela tem que zelar por este patrimônio, que é da Fundação Universidade de Brasília. Ela poderia, sem ferir as finalidades da Fundação, contribuir para a solução de um problema social, comunitário, que é a carência de habitações. Ela poderia construir nesses lotes, inclusive introduzindo padrões habitacionais em Brasília. A Universidade conta hoje com excelentes professores em seu quadro, que poderiam projetar estas super quadras dentro de critérios totalmente novos, obtendo vantagens práticas e contribuindo para fornecer à população de Brasília, habitações que estão faltando dentro do Plano Piloto».

Negando, sob qualquer aspecto, que a UnB esteja especulando, o Cel. Lister justifica a não construção apresentando um plano de contenção de despesas enviado pelo MEC, no qual, como «medida de contenção do índice inflacionário», aplica-se uma diminuição dos gastos públicos através da restrição de aquisições, adaptações, construções, ampliações e arrendamento de imóveis, nos próximos dois anos.

Alterações

Outro aspecto grave decorrente da existência dessas áreas não ocupadas é a criação de novas projeções em outras super quadras, deturpando completamente o plano original da cidade. Na super quadra 412 Sul foram criados 6 novas projeções sem que ninguém soubesse como. Os moradores tentaram entrar com uma ação popular contra o GDF que, no entanto, alegou que fora uma decisão tomada no governo anterior e que já estava «legalizada», portanto eles nada poderiam fazer.

Para o professor Coutinho, «está configurada uma situação em que a UnB é uma das maiores proprietárias imobiliárias de Brasília e não constrói e nem vende. Esta terra, cada vez mais rara, vem valorizando constantemente. Assim a UnB vem atuando como agente de especulação imobiliária, voluntária ou involuntariamente.» E conclui: «o que não é justo, e não é defensável de um ponto de vista social mais amplo, mesmo respeitados os direitos da FUB, é que a Universidade atue como agente de retardamento do desenvolvimento urbano da Asa Norte, mantendo estagnada uma área de dimensões consideráveis».

E a UnB, mesmo dispondo de recursos próprios, sustenta, através de pretextos como as «medidas governamentais de contenção de despesas», sua estaticidade no sentido de ocupar suas projeções. (Cristina Gutemberg e Marcelo Coelho)

Violência



Foto: Duda Bentes / Agil

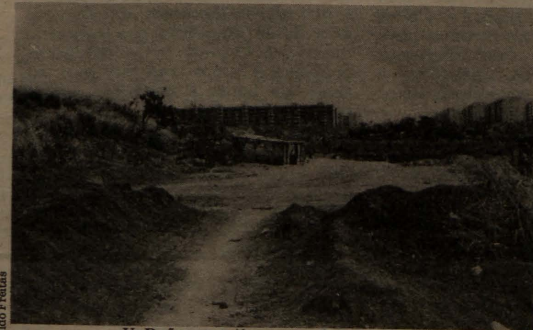
Comércio: a maior incidência de roubos e furtos

Secretário nega ocorrência de crimes violentos em Brasília

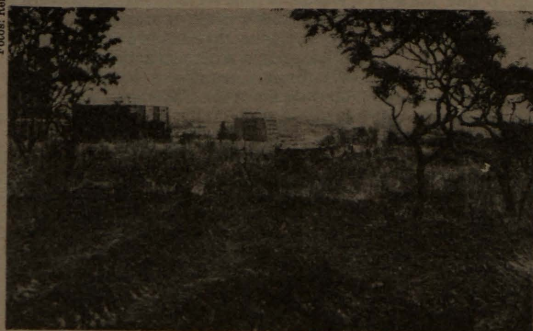
«Em Brasília não tem havido atualmente crimes violentos, e nem mesmo os mais comuns como os estupros». A afirmação é do Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, coronel Lauro Rieth, ao dar uma entrevista exclusiva ao Campus. O secretário explicou que a maioria do alarde feito no Distrito Federal quanto a ocorrência de crimes violentos, é divulgado pela imprensa local que, por não conhecer a terminologia criminalística, mostra à população um quadro irreal sobre as ocorrências. Lauro Rieth exemplifica através dos casos que são divulgados nos jornais por mulheres que afirmam ter sido violentadas, mas que muitas vezes a polícia não considera a ocorrência como sendo crime violento, pois «muitas vezes elas queriam fazer o ato no princípio, porque estavam bêbadas, ou por algum outro motivo, mas depois desistiram, e por isto dão parte na polícia». O secretário explica este caso dizendo que não tem havido atualmente casos de estupro na cidade.

O secretário Rieth acredita que a tranquilidade existente no Distrito Federal é proporcionada apenas pelo contingente policial existente na cidade, pois aquela secretaria está bem suprida de homens e equipamentos. Segundo ele, a maior incidência de crimes na cidade está sendo o acidente de automóvel com vítimas e a única preocupação daquela secretaria atualmente é controlar os casos de furto, que são mais frequentes em todo o DF, e principalmente estabelecimentos comerciais, como os Setores de Diversões Norte e Sul.

O coronel Rieth acredita, por outro lado, que a ação dos policiais aqui em Brasília, e principalmente no Plano Piloto, é muito mais fácil do que em outras grandes cidades, devido à amplitude das ruas e da estrutura da cidade, o que faz com que a ação policial seja «diferente». «Por ser uma cidade onde habitam muitas autoridades, o policial de Brasília tem que ter percepção para saber com quem está tratando», explicou o secretário, referindo-se às imunidades conseguidas por diplomatas, militares ou parlamentares. (Jurema Campos)

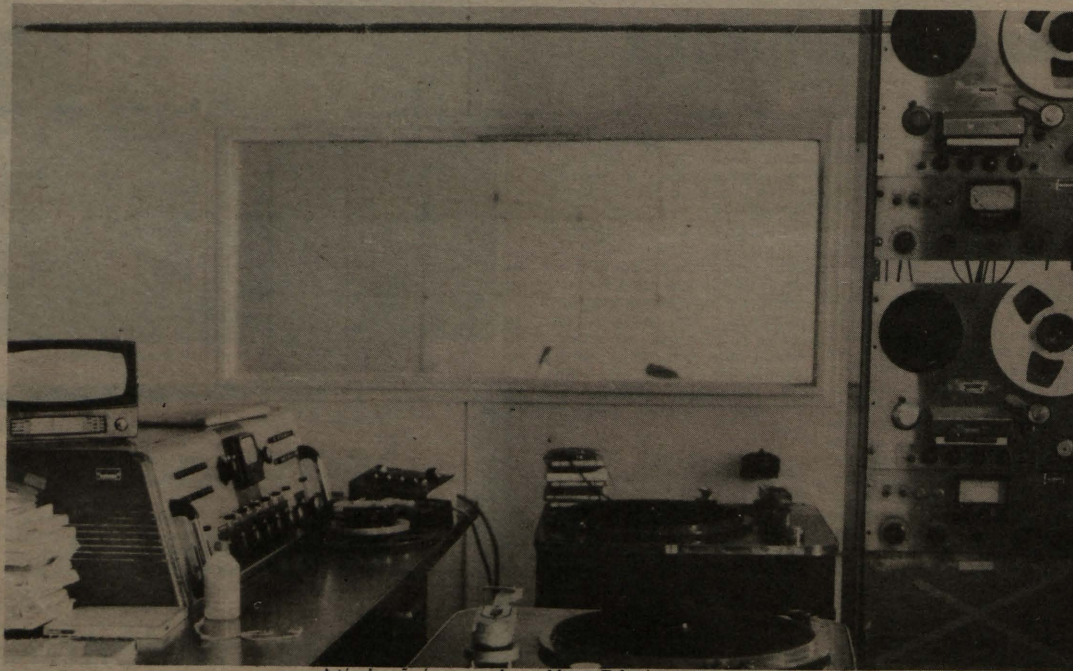


UnB não constrói e nem vende nada...



... impedindo a ocupação da Asa Norte

A COMUNICAÇÃO



A técnica não é nosso maior problema. Falta é uma nova mentalidade

Rádio: cadê a criatividade?

O que é que falta ao rádio em Brasília? O número de emissoras é bem maior agora — totaliza 13 — somando-se às FMs, as AMs tradicionais. Número ainda inferior em relação a outros centros mais desenvolvidos. Qualidades e criatividade é que são os "quinhentos" mais importante da história. Alguma coisa mudou no rádio de nossa cidade?

Não muito. Saímos pouco da estaticidade. Começamos a engatinhar. Predominam entretanto em nossa programação os ti-ti-tis e blá-blá-blás inúteis, cópias inferiores a Rio e São Paulo e que não levam a lugar algum, a não ser a uma inércia continuada. Diferente dos outros centros que, se não chegam a revolucionar o sistema, oferecem um ritmo radiofônico mais atraente.

Produções mais elaboradas e com envolvimento maior da comunidade, por enquanto, só em certos horários da Radiobrás (Viva Maria à tarde, por exemplo) ou na Planalto, com o Meira Filho, de manhã. O resto ou é ilusão ou pura sofisticação das FMs. O rádio em Brasília convive mais com a apatia. Do empresário, interessado mais nos lucros e bem menos na valorização do profissional e/ou no rádio competitivo, de melhor qualidade, como garantia de maior retorno no faturamento. Do profissional, injustiçado e mal remunerado, cedendo seu lugar aos que fazem da atividade radiofônica, apenas um meio de sobrevivência sem maiores ambições. Do público, pouco exigente artisticamente e desinteressado da cidade em que vive. Enfim, só em poucos casos o rádio brasileiro realmente convive com o entusiasmo de alguns, antepondo-se a "velhas manias".

Profissionais, estudantes e estudiosos em comunicação, entrevistados, deixam evidenciadas verdades teimosamente imutáveis. Procuramos respostas convincentes para as limitações do rádio candango, suas causas e efeitos.

"Verdades Sejam Ditas"

A principal delas é que o rádio, assim como a TV e o Cinema, não é uma coisa isolada do contexto brasileiro, mas tem atrás de si um sistema que é capitalista e joga com interesses políticos, econômicos, financeiros e só, por último, lembra do bem-estar social, sua função primordial.

Como opina Adélcio Ramos, locutor noticiário e apresentador, 30 anos de atividade radiofônica e há cinco, atuando em Brasília: "Em detrimento do valor pessoal e da valorização do homem está um amplo jogo de interesses. Na própria divulgação musical nas emissoras sente-se que a preocupação é mais comercial do que seletiva, de acordo com o que querem as gravadoras". E acrescenta: "Não caso de Brasília, o que falta é uma mentalidade mais competitiva, não só no campo da informação, mas em todos os sentidos".

Opinião semelhante tem o professor Ubirajara Silva, do Departamento de Comunicação da UnB: "A maioria das emissoras em Brasília pertence a grandes grupos (por exemplo, radiobrás, Capital). Interessa a elas, mais do que outra coisa, marcarem presença na capital administrativa do país, isto é, junto ao poder. Resultado: ausência de competição, falta de qualidade na produção.

Salário e Boa Qualidade

Há quem ache, como Darley Tavares, operador de central técnica na

Radiobrás e também apresentador de programas, com 25 anos de atuação entre Rio e Brasília, que a redução de qualidade na produção, procede em parte da insuficiência do comércio de apoio e contribui para desestimular a competição. Mas para Darley, apesar disso, o rádio aqui progrediu no aspecto cultural, jornalístico e quanto à mentalidade do ouvinte, agora reivindicando mais. "As condições salariais é que não melhoraram, diz ele, com exceção da Radiobrás que paga com dignidade. O que as outras emissoras oferecem é muito trabalho, com excesso de horas e funções e muito pouco dinheiro".

Wladimir Carvalho, companheiro de Darley na Nacional-AM, concorda com o que foi dito acima: "Realmente, o profissional da Radiobrás leva vantagem em relação a qualquer outro na praça, de um modo geral, mal remunerado e pouco valorizado. Infelizmente, em Brasília tudo gira em torno de conveniências políticas e muitas vezes o empresário não tem condições de pagar bem. "Para Wladimir, o nível artístico na cidade é bom, mas o rádio tem que voltar às suas origens, divertindo e orientando, criticando e apresentando soluções. Wladimir Carvalho é locutor noticiário em AM e FM e tem 20 anos de profissão.

Culpa do Empresário

João Marques, um dos mais requisitados e antigos locutores candangos e com 20 anos de Rádio Alvorada, não deixa por menos: "Tudo o que nos acontece de ruim é consequência de má administração, notadamente, a perda de qualidade. Se tivéssemos homens capazes e que dessem valor aos bons profissionais

Rádio e jornal são dois meios bem distintos. Só que são obrigados a rezar pela mesma cartilha: a imposta pelo sistema que direciona seus interesses para o lado que melhor lhe convier. Cada veículo tem além disso seus próprios condicionamentos e dentro das limitações buscam as soluções.

A UnB entrega ao mercado de Brasília mais uma leva de comunicólogos que terá de disputar com muita garra

Luis Roberto Nader, Gui

com salários mais estimulantes, teríamos nossos problemas resolvidos". Elias Cury, apresentador na Rádio Capital e 30 anos de atividade é mais contundente: "Falta tudo ao nosso rádio. Mais informações, produções especializadas para profissionais especializados e funções determinadas. O que se faz atualmente em Brasília é uma brincadeira, uma simples aventura".

FMs

"Se arroz e feijão satisfazem, pra que caviar?". A posição de Célio Rodrigues, ex-integrante da BBC e hoje locutor noticiário de AM e apresentador de FM na Nacional é bem simples. Para ele, o problema em Brasília está no nível de audiência. "Só não temos um rádio melhor, porque o público não exige". Célio afirma que de uns três meses para cá as FMs, por exemplo, reciclaram-se de uma maneira positiva, oferecendo uma programação bem variada, só que mais voltada para os jovens. E faz uma ressalva: "Brasília tem pessoas de todas as partes do Brasil com gostos musicais bem diferentes. As FMs se esquecem disso e direcionam a programação só para um lado".

Mais ligado diretamente às FMs na capital do Brasil, Alberto Campos Simões — o Betão da Nacional — fala de cadeia. Produtor executivo com 7 anos de atividades ele adota uma posição objetiva: "Não existe no Brasil uma FM autenticamente brasileira. O Rio e São Paulo copiam os Estados Unidos e Brasília por sua vez copia os dois. Só que sem muitos recursos". Para Betão, falta a FM brasileira uma certa consciência profissional e uma infra-estrutura adequada. E acrescenta: "Em Brasília cada grupo tenta ainda achar o seu espaço. É preciso, portanto, que a gente fique atento às transformações sócio-culturais e crie em cima disso. É preciso informar em maior escala sobre arte e cultura de bom nível e também atingir um público de periferia nas satélites".

Cidade Volante

Para Mara Régia, a flutuação do público em Brasília é uma das ex-

JO NA PRÁTICA

No meio do fogo, o setorista

as poucas vagas disponíveis e se integrar a um modo de fazer comunicação submetido a interesses bem definidos.

Se por um lado o rádio candango convive com a apatia e pouco evoluiu no correr destes anos, o jornal oferece ao aluno recém-formado um mercado também saturado e uma realidade bem mais angustiante do que a vida universitária. Eis aqui duas páginas que reúnem fragmentos desse universo de comunicação.

Therme Soares, Pedro Coe

plicações para a qualidade do rádio local. E é claro, com influência direta na audiência. "Isto acontece porque as pessoas não adotam Brasília como sua cidade e estão sempre se deslocando, havendo ainda um desapêgo enorme aos seus problemas. A tendência é sempre de desligamento". Mara acha, que para os ouvintes, curtir sucessos, fofocas e os grandes astros é mais cômodo. E lamenta: "Não dá pra fugir de certos chavões. De repente para falar de coisas importantes, é preciso misturá-las com variedades. E destaca outro aspecto: "Há sempre também uma predisposição em prestigiar mais o artista de fora do que o local. Mas tenho a consciência tranquila de procurar abrir espaços para as coisas de nossa cidade como o movimento Brasília Mulher e o movimento ecológico. Mas o feed-back é decepcionante".

Periferia

"O mais importante é dizer o que não deve faltar". Luciano Barroso o mais novo apresentador da Nacional AM volta a lembrar da responsabilidade social do rádio. Para ele é necessário orientar o ouvinte para a realidade e uma participação mais objetiva no mundo. E indaga: "Por que não a cultura ao invés da violência? A violência, no caso, deve ser citada, mas nunca com a possibilidade de estímulo e sim como exemplo que não deve ser cultivado". Recém formado em Jornalismo pela UnB e trabalhando atualmente na Radiobrás, James Allen diz que um produtor de rádio deve e pode conciliar a função social com a comercial: "se o nosso empresário enxergar isso, fará com que todos saiam ganhando: o rádio, e os próprios ouvintes. Para James a má remuneração é também um fator negativo em Brasília, pois limita a qualidade de produção nos dois sentidos a que ele se referiu inicialmente.

Por último, dá uma sugestão, que acha bem viável em termos de opção: "O rádio brasileiro deve explorar mais a sua capacidade de penetração, e atender a periferia mais distante, isto é, a região geo-econômica, como por exemplo, Luziânia, Formosa, elaborando um tipo de comunicação mais eficiente para esses ouvintes".

O melhor jornalismo é aquele que se equilibra entre o pedantismo acadêmico e a mediocridade profissional adquirida no dia a dia, sem reflexão. Se fosse possível assim definir o jornalismo, não seria tão angustiante exercer esta profissão. O problema talvez resida no fato de que cada empresa tem suas regras, advindas normalmente dos interesses políticos-econômicos em jogo. O repórter-setorista, responsável por cobrir determinada área/assunto, representa um modo de se fazer jornalismo adotado amplamente pelas sucursais sediadas em Brasília.

"Noventa por cento dos quadros da Sucursal da Folha de S. Paulo são de setoristas", informa Haroldo Cerqueira Lima, jornalista com 19 anos de experiência na cobertura do Palácio do Planalto, e hoje diretor da sucursal. A «Folha» tem ainda por praxe não contratar recém-formados, «tendo em vista a falta de experiência, o que representaria para a Empresa um risco, pela natureza dos temas jornalísticos de Brasília, muito responsáveis e dinâmicos» continua Haroldo Cerqueira.

«A experiência se adquire no trabalho, a universidade não tem possibilidade de dar o embasamento advindo da prática diária. Um recém-formado não estará apto a fazer uma cobertura da Convenção do PDS, por exemplo. Ele deve passar pela experiência da reportagem geral, cobertura de vários setores, tais como, polícia, comunidade, cultura, para posteriormente ser setorista. Esse é o caminho que deve ser percorrido. Primeiro a experiência de campo, depois o começo de uma especialização, a cobertura de setor», acrescenta o jornalista.

Ainda segundo o diretor da sucursal, a experiência adquirida num jornal-laboratório não se compara com a experiência de um jornal diário da grande imprensa, porque falta acesso a determinadas fontes, por exemplo, cobrir as atividades de um Presidente da República. «Um jornal-laboratório é bom para se praticar texto», disse Haroldo Cerqueira.

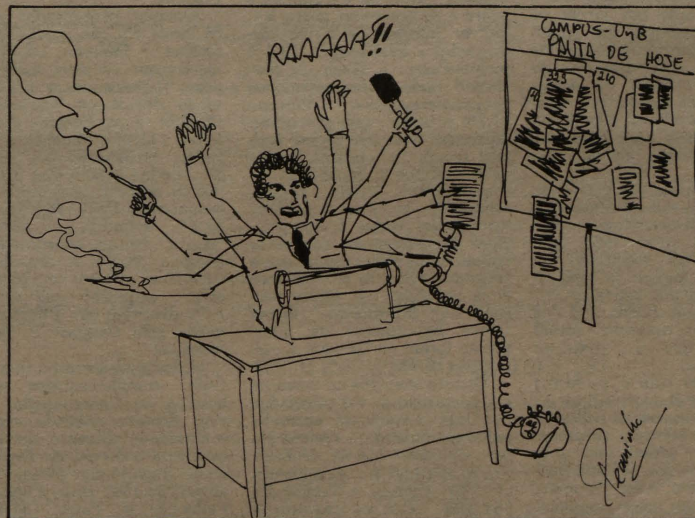
As palavras deste profissional com longos anos de experiência servem para desestimular ainda mais os ânimos de candidatos a profissão, que se apresentam a um mercado de trabalho praticamente saturado. Porém, não fogem à realidade. As empresas têm seus interesses claros e o jornalismo imparcial, «isenção», como defende Haroldo Cerqueira, surge da necessidade de uma imprensa capitalista, que visa abrange o maior número de leitores. O jornalismo menos voltado a interesses econômicos, em última instância, é uma possibilidade para quem pode estar na universidade.

«É muito diferente a universidade do dia-a-dia da profissão. Jornal é uma empresa», afirma Letícia Borges, ex-aluna do Departamento de Comunicação da UnB, cobrindo atualmente as Comissões parlamentares de Inquérito no Congresso Nacional, para a Folha de S. Paulo. Letícia se formou no segundo semestre de 1982, ano em que se formaram 63 comunicólogos, dos quais 47 na habilitação de jornalismo. Está trabalhando há três meses na «Folha», tendo passado antes pelo Estado de Minas.

«Lutei pela implantação do Campus e pela ideia de que não era preciso estágio fora da universidade para se aprender jornalismo. Hoje já não estou convencida disto. Três meses na redação de um grande jornal seriam necessários para um aperfeiçoamento da nossa formação», diz Letícia.

Ter fontes, conhecer os bastidores e escrever com charme são algumas das qualificações para se trabalhar no Jornal do Brasil, de acordo com Hugo Studart, 22 anos, da mesma turma de Letícia Borges, que cobre informação e o Ministério da Indústria e do Comércio. Segundo ele, não existe cobertura por setor no JB, mas cobertura por assunto. «Interesse não é dar o factual», disse que, anúncio que. «A preocupação é furar grandes assuntos, é antecipar o que vai acontecer», esclarece Hugo.

Hugo Studart prevê, inclusive, a morte do setorista, porque os «jornais são obrigados a afinar, a mudar o estilo». Para ele, existem dois tipos de setorista no jornalismo brasileiro: o que cobre por assunto e o que cobre por local. Quando se cobre por local — um ministério, por exemplo — é a marcação homem-a-homem



«Irracional», com matérias de «fulano disse que»; quando se cobre um assunto, é a marcação por área. Nessa, se escreve apenas matérias sobre o assunto de importância do dia.

«Hoje todo mundo tem que ser meio-de-campo, tem que melhorar o texto», diz Hugo. No futuro — acredita ele — existirá apenas a pessoa «entendida no assunto, não especializada».

A cobertura por setor representa para os jornais a garantia de um bom relacionamento com as fontes e um conhecimento especializado do assunto. «Tudo gira em torno dos parlamentares, com 5 verbos se faz uma matéria. É preciso muito cuidado para que você não caia numa rotina muito grande, capaz de empobrecer seu texto de tal maneira que suas matérias saiam sem nenhuma identificação com seu estilo, o que você pensa ou sente», diz Letícia.

Na opinião do diretor da sucursal da Folha de S. Paulo, fidelidade absoluta à verdade, não se deixar envolver política nem emocionalmente com o texto, e um conhecimento global, são requisitos básicos para se exercer um bom jornalismo. A «Folha» procura respeitar o estilo individual de cada um com vistas a não «pasteurizar» os textos. Adota uma linha editorial aberta a todas as tendências e o que o repórter escreva é, para o jornal, verdade até que se prove o contrário.

Concretamente, os espaços mais opinativos, em qualquer jornal, são ocupados pelos experientes: jornalistas consagrados, indivíduos com posição de destaque na sociedade. Ocupando as partes menos destacadas do jornal, formando o corpo deste, ficam os repórteres gerais, os setoristas.

«Você é simplesmente um trabalhador, apesar de conviver com parlamentares, ministros, pessoas que decidem a vida nacional. Você passa a se sentir participante destas decisões, enquanto na realidade sua função é de um simples jornalista», acrescenta Letícia. A mística que envolve o jornalismo e seus executores pode se tornar clara por aí, talvez. A discussão em torno da produção de textos, da especialização como forma de solucionar certas deficiências, afloram constantemente na universidade. Buscar subsídios na realidade profissional, poderia contribuir para o aprofundamento do assunto.

Louvável seria, se o caminho inverso fosse percorrido: as empresas de comunicação indo buscar na universidade fórmulas para enriquecer o dia-a-dia da prática profissional. «Não exagere nas minhas angústias» — teria sido uma recomendação desnecessária por parte da entrevistada, se o ensino e o trabalho não fossem duas realidades tão desconexas. Predisposição para não se aceitar os «inexperientes» seria também desnecessário se os espaços fossem mais democráticos.

“Querubim de ministro”

“Jornal que se preza tem setorista”, comenta Aylê-Salassie, que cobre o Ministério da Educação para a «Folha». Segundo ele, o setorista é “peça fundamental” do trabalho de um jornal, o único que sabe o que “está acontecendo na esfera federal” e é quem, no fundo, abastece os comentaristas da matriz de informações para os artigos, matérias assinadas e editoriais.

A experiência é um instrumento fundamental para se cobrir um setor, segundo entende Aylê-Salassie, jornalista há 12 anos. Não só a experiência do próprio setor que se cobre, mas a “cancha” da cobertura de outros setores. Um exemplo claro para Aylê, é quando um repórter se vê na situação de ter uma informação confidencial dada sob a condição de não divulgá-la e não mencionar a fonte. De acordo com ele, o repórter inexperiente geralmente se sai mal, porque dá a notícia e se “arrebenta todo”, ou não dá nada, perdendo a informação. Já o experiente, ensina Aylê, procura outra fonte, outro modo de dar a informação, e acaba publicando-a.

Formado na UnB em três cursos (além de jornalismo, História e Ciência Política), Aylê-Salassie acredita que o maior inimigo do setorista é “ele mesmo”, que sofre pressões de fontes e editores: tem que ultrapassar barreiras até físicas para se chegar aos ministros; deve bancar o relações públicas; e, como se não bastasse, recebe dados incorretos dos ministérios. “O setorista vive o tempo todo sob tensão”, sintetiza Aylê.

Segundo ele, para reagir a isso é preciso ter habilidades: conhecer os programas, planos e assuntos de relevância da área; frequentar as bibliotecas dos ministérios; ver a pauta do jornal e saber o que o ministro vai fazer, através da agenda. Segundo Aylê, todos esses atributos são importantes para o setorista não ser acusado, como já foi, de “querubim de ministro”. Ou seja, o repórter que não conhece a área ou assunto e se limita a relatar o discurso, as declarações dos ministros, sem qualquer interpretação. Por isso mesmo Aylê está fazendo uma tese de mestrado, prevista para o ano que vem: “O Jornalismo Econômico como Aparato Ideológico do Estado”.



Fernando da Torre, geometrista, propõe um programa de colonização às margens dos rios perenes como solução para a seca do Nordeste.

Potencial de água do Nordeste é suficiente

A potencialidade do Nordeste no tocante a reservas de água supera a de vários outros países. Além do grande potencial dos rios Tocantins e São Francisco, já foram detectadas e documentadas várias bacias subterrâneas por geólogos brasileiros. A afirmação é do geometrista nordestino Fernando da Torre, hoje radicado em Brasília.

Para Torre, as tentativas de amenizar os efeitos da seca através da criação de frentes de serviço, açudes e poços, são apenas paliativos e não a erradicam. Ele acredita que todas as soluções propostas para o Nordeste estão excessivamente direcionadas e dependentes da melhoria das condições climáticas, mas os problemas dos nordestinos não se resumem somente à seca. Outros fatores como educação e saúde também impedem o desenvolvimento da região.

Fernando da Torre chega a sugerir algumas soluções para o Nordeste. A primeira seria a criação de

um projeto para ocupação das terras às margens do Rio São Francisco que viesse a beneficiar as populações atingidas pela seca. "Essas glebas — segundo Fernando — passariam a pertencer aos municípios e teriam tamanhos proporcionais às populações, que produziriam em regime de arrendamento. Seriam instalados núcleos rurais às margens do São Francisco organizados em cooperativas que teriam a assistência técnica da EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), da EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural), e da SUDEPE (Superintendência do Desenvolvimento da Pesca). Poderiam ainda, de acordo com o técnico, desenvolver atividades agropecuárias paralelamente a uma produção agrícola através de irrigação: encarregar as autoridades municipais, auxiliadas pelos Governos Estaduais para organizarem múltiplos agropecuaristas com a participação da SUDENE (Su-

perintendência do Desenvolvimento do Nordeste), e LBA (Legião Brasileira de Assistência); desenvolver uma central de implantação e instalação, com o auxílio das Forças Armadas para resolver os problemas de transferências populacionais e incrementar plantações extensivas de algaroba, planta que, juntamente com a palma, preenche as necessidades da pecuária.

A exemplo do que ocorreu com os cinco municípios inundados pela Barragem de Sobradinho, (Pilão, Arcado, Remanso, Santa Fé e Casa Nova), as cidades que são constantemente atingidas pela seca poderiam ser transferidas para as margens seguras dos rios perenes e caudalosos. Assim, não seria mais necessária a constante mobilização de recursos federais e estaduais para diminuir os danos da seca, e o povo nordestino poderia se fixar definitivamente em sua região. (Glória Carvalho)

Mueller: a seca exige solução social

A seca do Nordeste pode ser combatida, diz o professor Charles Mueller, do Departamento de Economia da UnB. Segundo ele, existem dois fatores que se combinam, afetando de forma negativa a agricultura da região: um é de origem conjuntural — o da seca. O outro tem a ver com a estrutura agrária defeituosa, com a distribuição de riqueza, renda e poder extremamente concentrada no meio rural.

Mueller acha que, a exemplo de outros países, existem soluções para acabar de vez com a seca. Vários países já superaram o problema através da aplicação de técnicas adequadas ao solo, tornando a agricultura altamente produtiva, apesar dos índices pluviométricos inferiores aos do Nordeste. O Brasil também poderá aplicar recursos técnicos para resolver o problema da seca, se tiver condições econômicas para isto. O problema da estrutura fundiária é, também, um dos fatores que contribuem para dificultar essa aplicação de recursos na região. Se não forem substancialmente modificadas as relações de poder e o acesso a recursos produtivos, qualquer programa de investimento objetivando o

controle da seca acabará beneficiando a uns poucos e deixando à margem a grande massa de pequenos agricultores e trabalhadores rurais da região. Estes continuariam na miséria, sofrendo as agruras da seca, enquanto uns poucos senhores rurais veriam seus estabelecimentos transformarem-se em verdadeiros oásis.

Os trabalhadores rurais do nordeste estão parados. Mueller acrescenta que sem reformas na região e sem o estabelecimento de programas especiais, distintos dos atuais programas de emergência, não haverá utilização da mão-mão-de-obra estagnada, e consequentemente, ocorrerá uma baixa produtividade. Ele lembra que a crise econômica e o desemprego porque vem passando o país fazem com que a migração para o centro-sul não se constitua em alternativa factível de assimilação dessa mão-de-obra. Ademais, não existem programas de colonização nas áreas de fronteira agrícola que possam absorver um número de famílias suficientemente grande para causar impacto significativo sobre o desemprego e a angústia da população rural do Nordeste.

Serpa quer varrer elite do poder

Moratória da dívida externa como um ato de soberania nacional. Mudança do modelo econômico. Independência tecnológica e energética. Prioridade para os problemas do Nordeste. Eleições diretas para Presidente da República. Essa plataforma poderia ser assumida por qualquer dos candidatos oposicionistas à Presidência, seja Brizola, Ulisses ou Arraes. Mas a novidade é que essas questões constam da plataforma do general-de-exército Antônio Carlos de Andrada Serpa, candidato às eleições para a direção do Clube Militar, marcadas para maio próximo.

Essa postura do General Serpa, à qual ele próprio dá o nome de "Em Defesa da Nação Ameaçada!", não começou agora. Ainda quando Diretor Geral de Pessoal do Exército, fez, em pronunciamentos públicos, agudas críticas ao modelo econômico brasileiro, por sua "perversidade social crescente" e por sua "natureza dependente" dos países capitalistas ricos. Sua exoneração do cargo não tardou a acontecer. Desde então, tem feito verdadeira peregrinação por todos os estados brasileiros em sustentação à sua

campanha, que se compõe basicamente de entrevistas, discursos e palestras feitas em universidades, sindicatos e Assembléias Legislativas.

DENÚNCIA

"O governo brasileiro, continuando nessa mesma política de concentrar a economia em torno do petróleo, de expropriar abaixo dos preços de produção" e de impedir permanentemente a criação de uma tecnologia nacional, evidentemente tem que dizer que todo o mundo está em crise e que não há outra receita senão essa", denuncia Serpa, acrescentando que todos os países que enfrentaram a ordem internacional injusta foram vitoriosos e conseguiram se desenvolver, citando como exemplo a União Soviética, a China, França e Japão.

O General classifica de genocida a política oficial para o nordeste e inclui em sua campanha a denúncia sistemática dos planos de esterilização de 15 milhões de mulheres brasileiras, patrocinados pelas fundações Ford e Rockefeller. Com as potencialidades que o Brasil possui, o General Serpa não justifica, — "a

menos por incompetência", — que milhões de pessoas passem fome e necessidades materiais.

"VARRIDA DO PODER"

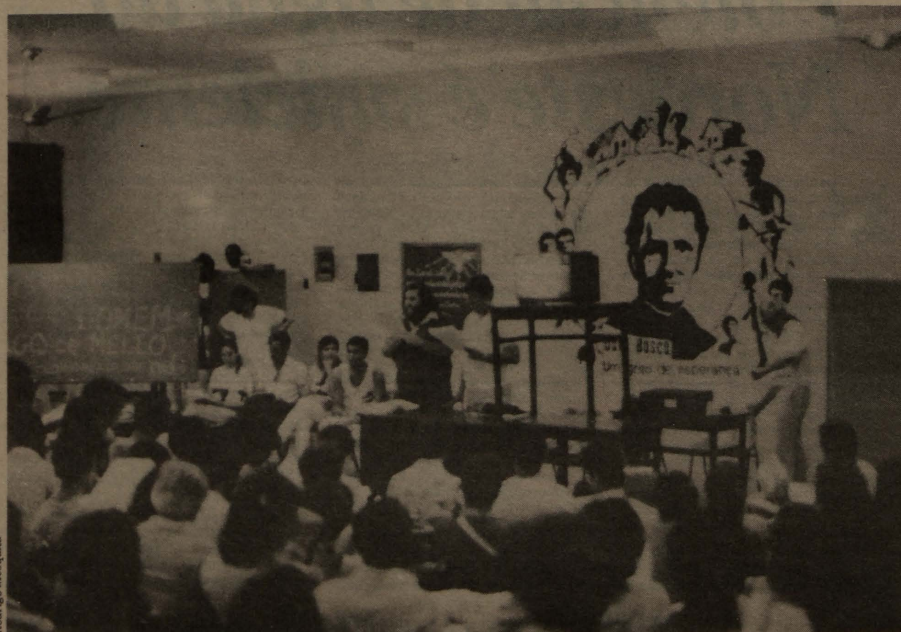
Bacharel em História, versado em economia, crítico mordaz da desinformação sistemática da comunicação social — "estão à serviço das multinacionais" — Serpa afirma sempre que a crise tem solução e o Brasil é viável.

"É necessário estudar uma das alternativas soberanas para o problema da dívida externa, de modo a fabricar no País tudo aquilo que possa ser fabricado, transformando a recessão, o desemprego e a fome em trabalho. Reconverter a economia, evitando essa dependência absurda do petróleo. Deixar de exportar a qualquer preço. Eu não quero que se tenha a ilusão de que numa selva como é o comércio internacional numa economia em recessão, nos só possamos competir com as matrizes exportando abaixo do preço e tomando empréstimos para financiarmos os exportadores. Nós acharemos uma solução para esses erros todos na hora em que a elite

dirigente for varrida do poder" declarou.

Obviamente, sua postura pública têm incomado muito. A gravação de um depoimento prestado no programa "Brasília-Urgente" da TV — Brasília, em setembro passado, foi apreendida pelo Ministério do Exército, quatro cartas assinadas com nomes falsos circularam nos meios militares, criticando suas posições e constituindo-se provas cabais da preocupação que cerca sua candidatura ao Clube Militar. Ainda mais quando se sabe que essa entidade foi o berço de inúmeras decisões que entraram para a História do Brasil, entre elas a nacionalista campanha "O Petróleo é Nosso", na década de 50, abraçada massivamente pela população civil.

Apesar das críticas, eo boicote dos meios de comunicação, Serpa segue sua caminhada "Em Defesa da Nação Ameaçada", afirmando que as eleições diretas para a presidência da República são inadmissíveis, representando a saída pacífica para a crise atual. "Um presidente eleito indiretamente não chegará ao fim do seu mandato", concluiu. (Carlos Alberto).



Em Recife, delegados de todo o país se reuniram para debater a doutrina de segurança nacional

Doutrina de segurança nacional é condenada por comunicadores

A doutrina de Segurança Nacional, tal como expressa nos laboratórios da Escola Superior de Guerra, vem sofrendo ataques de todos os lados. Seja de forma indireta, através do combate às suas expressões legais, como a Lei de Segurança Nacional, ou de maneira direta, como durante o XII Congresso da União Cristã Brasileira de Comunicação (UCBC), em Recife, aonde se investigaram e se questionaram em profundidade os pressupostos teóricos desta doutrina que tanta influência tem no contexto político da América Latina.

A UCBC é uma entidade ecumênica que tenta reunir comunicadores e as igrejas cristãs para o debate e a transformação dos processos de comunicação no Brasil. No documento final de seu Congresso, ela afirma que só se pode entender a doutrina de Segurança Nacional a partir de uma visão contextualizada, a nível latino-americano, do processo. Do modo como se apresenta, na maioria dos países do continente, esta doutrina busca legitimar o sistema dominante, baseado na hegemonia econômica, social, política, cultural e militar dos Estados Unidos.

Nos últimos 20 anos, isto significou uma sequência de golpes militares que interromperam uma série de processos sociais significativos em termos de transformações e mudanças estruturais no continente latino-americano.

Para a UCBC, na Doutrina de Segurança Nacional, o Estado é confundido com a Nação. O Estado é apresentado como sendo a própria encarnação da Nação. Suas ações são, a priori, representativas do pensamento e da vontade nacionais, sem que os vários segmentos da sociedade sejam ouvidos e considerados.

As Forças Armadas aparecem de uma forma ambígua dependendo do momento. Em situações de emergência do movimento social, quando a civilização cristã e ocidental se encontra ameaçada, as Forças Armadas surgem como a reserva moral e política do Estado-Nação, prontas a intervir para normalizar a situação do país. Num segundo momento, nos chamados períodos de abertura, enfatiza-se o caráter neutro e profissional dos militares. Sob ambos os enfoques, as Forças Armadas são sempre entendidas de modo messiânico e elitista, legitimadoras do status quo.

"O conceito de poder nacional é um dos pressupostos básicos da Doutrina de Segurança Nacional, na busca de um consenso", afirma o documento. Trata-se de um poder que funciona muito mais para reprimir, controlar ou tentar cooptar as conquistas populares e democráticas, do que para defender os interesses nacionais, desde que se entenda por

nacional o que for representativo da nação, a partir da maioria de sua população.

Fazem parte, também, das suas premissas, os chamados objetivos nacionais, colocados de uma maneira ambígua e a partir de uma visão elitista e excludente. Para os 1500 congressistas reunidos em Recife, falar de independência, soberania, integração nacional, progresso, democracia e paz social, sem contextualizar estes conceitos e, principalmente, sem especificar de que independência e de que democracia se trata, representa um engano. Se cada nação precisa ter claros os seus objetivos nacionais, é necessário que sejam definidos de modo realmente democrático e participativo, tendo como base o bem comum e não os interesses de minorias dominantes.

O grande inimigo da Doutrina de Segurança Nacional é o comunismo. O inimigo não é a fome que, de uma forma ou de outra atinge a maioria da população, não é o desemprego, mas o comunismo, confrontado, de maneira terrivelmente simplista, com o modo de vida capitalista, "ocidental cristão", afirma o documento final, do Congresso da UCBC. Através de uma ação contínua de persuasão e convencimento, a Doutrina de Segurança Nacional busca legitimar a divisão do mundo segundo os critérios da Guerra-fria. (Rodrigo Mesquita).

Bolívar: o sonho até hoje frustrado

Se você, nesta semana, passou pela Biblioteca Central, deve ter notado a presença de um pedestal ainda encoberto. Trata-se do busto de Simón Bolívar, uma doação da embaixada da Venezuela à UnB, como parte da comemoração dos 200 anos de nascimento do "Liberador". Embora seja uma figura lendária na América Latina, Bolívar permanece pouco conhecido no Brasil.

Simón Bolívar, venezuelano de nascimento, foi responsável pela independência de seu país, da Colômbia, Equador, Peru e Bolívia, além de haver empreendido grandes esforços para promover a unificação latino-americana. Seu objetivo imediato era a independência e emancipação das colônias espanholas. Com o passar do tempo e na medida em que seu projeto inicial era concretizado, ele procurou estabelecer elos fortes entre as recém-surgidas e frágeis nações diante de qualquer ameaça externa. Passou então a pregar a unificação em forma de organismos.

Como libertador de vários países, exerceu sobre eles uma forte influência no poder decisório. Influência capaz de manter uma unidade geográfica apesar de todas as dificuldades da época. Conseguiu formar a Grã-Colômbia, que correspondia aos territórios da Colômbia, Venezuela, Panamá e Equador. Não pôde, entretanto, alargar essas fronteiras pois quando tentou incluir o Peru e o Alto Peru (atual Bolívia), o Congresso da Grã-Colômbia rejeitou a proposta. A decisão foi acatada por Bolívar que, muito embora possuísse o título oficial de "ditador", o termo assumia um significado diferente do atual. Temente tanto da monarquia absolutista quanto da anarquia, procurou uma forma de governo na qual a vontade da população estivesse representada mas, ao mesmo tempo, forte o suficiente para impedir a desagregação gerada pela diversidade de interesses. Este sonho durou pouco. Em 15 anos a Grã-Colômbia desintegrou-se.

Unificação

Bolívar procurou unificar as nações que libertara. A intenção inicial foi a formação de uma Liga que pudesse dirimir disputas, defender a integridade e estreitar os vínculos entre seus membros. Ele procurou reunir representantes de todas as nações americanas num congresso. O Congresso do Panamá, como foi chamado, conseguiu reunir apenas quatro países. Mas, apesar do número reduzido de participantes e de os tratados firmados terem sido adotados apenas pela Grã-Colômbia, foram estabelecidos princípios internacionais, adotados posteriormente como a solução pacífica para as contendas. Era a ideia da segurança coletiva: quando um membro fosse atacado, todos os demais o deveriam socorrer. Além disso, Bolívar defendia a política de que os assuntos de interesse comum fossem estudados por todos os países afetados.

Em 1823, o Pan-Americanismo tomou novo impulso com o surgimento da Doutrina Monroe. Na época, o presidente norte-americano James Monroe procurava evitar a "invasão" da América por potências europeias. Ele alegava que "os países americanos não devem ser considerados como sujeitos à colonização por qualquer potência europeia", mas não impedia que sua própria nação, os Estados Unidos, intervisse no continente. Em 1848, o então presidente Polk, valendo-se da ambiguidade e do paternalismo da Doutrina Monroe, proíbe que "outras potências, a não ser os Estados Unidos, estabeleçam protetorados sobre quaisquer povos do território americano". Seguiram-se a isso anexações (Cuba, 1854) e intervenções (S. Domingos, 1902) americanas. Dessa maneira, a Doutrina Monroe foi sendo desgastada e deixou de ser evocada em defesa dos interesses das nações americanas.

Desintegração

As tentativas de integração latino-americana não têm sido êxito porque não há como integrar países que internamente estão desintegrados. A afirmação é do professor José Santana, do Departamento de Economia da UnB. Em primeiro lugar, seria preciso que os países interessados tivessem um nível similar de desenvolvimento. Caso contrário, os setores econômicos dos mais pobres seriam prejudicados. Seria preciso também que houvessem articulações a nível político entre estados soberanos dispostos a negociar. Entretanto, não se pode deixar de considerar que, embora acordos tragam benefícios, eles também pressupõem concessões, sendo justamente por essa razão que muitos deles malogram. Integração não é beneficiar uma parte com prejuízo da outra. E antes intercâmbio de benefícios e concessões.

Na América Latina muitos países são uma espécie do que se costuma chamar de "Belíndia", ou seja, uma Bélgica dentro da Índia. Eles concentram seu potencial produtivo em alguns pólos, mas permanecem ainda a pobreza em boa parte de seus territórios. Além disso, há outras dificuldades que se apresentam, como a de pressões por parte dos desenvolvidos no sentido de que os periféricos permaneçam fragmentados e, consequentemente, enfraquecidos. (Humberto Martins e Sandra Fernandes.)

Futebol de Brasília

Só Taguatinga tem espírito empresarial

Se a qualquer momento você ficar sabendo que um jogador de futebol profissional do DF morreu em campo, por falta de assistência médica, não se espante, pois a possibilidade não é tão remota: a FMF (Federação Metropolitana de Futebol) não exige que os times mandem médicos a campo. A denúncia é de Ailton Maia, jornalista e diretor de esportes do Jornal de Brasília, que acrescenta: "o regulamento existe, mas não é obedecido. Uns times, como o Vasco da Gama, nem Médico têm".

Mas nem só do Semiprofissional Vasco da Gama (vide box), o mais novo filiado, e de deficiências administrativas da FMF, vive o futebol candango. Em Taguatinga, o time da cidade além de ter o plantel mais caro do DF, quer chegar a ser também um verdadeiro clube. Para isso, já está construindo uma sede social na parte sul da cidade (o ninho da Águia), com 7500m² de área que promete nada ficar devendo aos modernos clubes brasileiros. Taguatinga está no caminho certo e, por isso mesmo, é o único que tem futuro, graças à mentalidade empresarial de Froylan Pinto, o presidente, continua Ailton.

Contestando críticas de que a imprensa da cidade não apoia nosso futebol, o jornalista menciona várias promoções, entre elas uma mesa redonda no Jornal de Brasília, com dirigentes da qual foram tiradas várias conclusões. Uma delas, foi a de que nosso futuro futebolístico

depende primordialmente do investimento na nova geração de torcedores que não foi tão influenciada pelos clubes de outros estados. Nesta linha, o próprio Ailton sugeriu que se aproveitasse a fama de certos jogadores, como Mirandinha, do Guarã, ex-Botafogo e seleção brasileira levando-o às escolas para dar aulas de futebol. Bater "peladas" com as crianças para motivar toda a torcida jovem. As ideias são muitas, mas nada se faz de concreto," prossegue Ailton.

E por falar em concreto, o jornalista lembra que muita gente está achando que a simples construção do novo estádio, o mané Garrincha, vai trazer público a campo. "De jeito nenhum, estádio não joga futebol. Enquanto a média de salários continuar sendo 100mil cruzeiros; enquanto houver clubes que apenas registram salários em carteira, sem pagar, como o caso do Vasco; e, enquanto os dirigentes não perderem essa mentalidade amadorística, o futebol de Brasília não tem futuro."

Dentro deste contexto, pode-se portanto, afirmar que valores promissores, como Marquinhos, do Ceilândia - 18 anos, 250 mil mensais, maior salário do DF - vão continuar batendo asas para o litoral, as equipes vão continuar medíocres e, mesmo as torcidas mais fanáticas, como Gama e Sobradinho, não vão resistir, por não terem as estrelas necessárias a iluminarem o céu de suas paixões. (William Santiago e Dércio Rodrigues)

O caçula é saco de pancadas

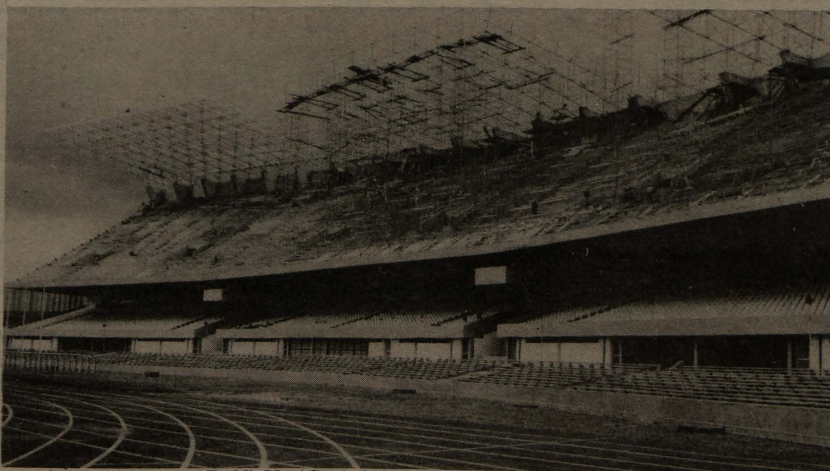
Disputando pela primeira vez o campeonato de futebol profissional de Brasília (segundo a crônica, sem ter os pré-requisitos legais), o Vasco da Gama não tem se saído "muito" bem. Até a rodada de 9 de novembro, havia sido lanterna de todos os três turnos, disputado 45 partidas, ganhando apenas 3 e empatado 4. O resto... catapimba! Mas nem este evidente naufrágio de cavaleira vascaína em sua primeira expedição aos mares, quer dizer, gramados candangos, abate os ânimos de seu presidente e fundador, o irreduzível Carlos Fernando Carodoso Neto, Major da PMDF e arquiteto formado pela UnB. Para ele, que também fundou o Tiradentes, a campanha do Vasco no atual campeonato já é satisfatória, "pois não devemos ninguém e não esperávamos mesmo resultados imediatos".

Porém, baseado no presente, o futuro do Vasco candango não é dos mais promissores. Seus sócios pagam a simbólica mensalidade de Cr\$ 100; por não ter estádio, não recebe os 600 mil mensais da propaganda do BRB; participa com apenas 10% da renda bruta do campeonato e sofre, segundo o Major Carlos,

uma perseguição sistemática da crônica de Brasília, que ele considera em sua maior parte, não especializada.

Realmente, a julgar pela opinião geral da crônica esportiva, o nosso Vasco não descobrirá o caminho das Índias. Contudo, pelos ventos que sopram do Cruzeiro, onde o time terá ano que vem sua sede própria (prédio cedido pelo Major Carlos), a ideia é de que já se está dobrando o Cabo das Tormentas. Há um convênio de ajuda mútua com o Vasco do Rio, a torcida pode aumentar por influência da camisa cruzmaltina e o time não possui problemas financeiros, vivendo da contribuição de simpatizantes. Mesmo não tendo campo para treinar, reunindo os jogadores à hora dos jogos: mesmo preferindo atletas que já tenham um outro emprego, pra não criar falsas expectativas e mesmo registrando salário mínimo na carteira dos jogadores, sem poder pagar, o Vasco planaltino já pensa em termos da Boa Esperança. No fim do caminho, as Índias, ou seja, um título de campeão do DF. (William Santiago e Dércio Rodrigues)

Reinaldo de Freitas



Estádio Mané Garrincha: que baixe aqui o espírito do craque

Televisão é inimiga

"O futebol de Brasília não só pode como vai ser tão bom quanto o dos grandes centros do país". A afirmação é do otimista presidente da Federação Metropolitana de Futebol, Adilson Peres. Para ele, o futebol do Distrito Federal evoluiu bastante de um ano para cá e, em nível técnico, nada fica a dever aos centros intermediários do futebol brasileiro. O presidente da FMF vai mais longe quando afirma que até março de 1986 — fim do seu mandato — pretende "deixar o nosso futebol, pelo menos, igual ao futebol mineiro e gaúcho".

Para Marcio Tanus, diretor de futebol do Gama, não se pode fazer uma previsão tão otimista. Tanus afirma que o futebol do DF ainda está muito longe de atingir o estágio dos centros mais avançados. "Nós podemos ganhar uma partida do Flamengo ou do Internacional, mas nunca iremos ganhar um campeonato deles". Segundo o diretor do Gama, o que pode acontecer é que, com a inauguração do Estádio Presidente Médici — marcada para o dia 11 de dezembro —, o futebol de Brasília tome um novo impulso como aconteceu em Minas e em outros estados.

Os dois dirigentes contudo, concordam em que o grande problema enfrentado pelo futebol do Distrito Federal, são as transmissões, pela TV, de jogos de outros centros. Os campeonatos carioca e paulista, e mais recentemente o italiano, aumentam a falta de interesse pelos jogos do campeonato brasileiro. Márcio Tanus aponta uma outra consequência das transmissões pela TV: "Quando nós contratamos uma grande equipe para um amistoso em Brasília, o público não tem interesse em ver esta equipe pessoalmente, porque ele vê todo dia pela televisão".

COMPENSAÇÃO

Apenas a TV Globo paga uma compensação aos clubes para transmitir os jogos do campeonato carioca nos domingos à tarde. Segundo Adilson Peres, a quantia é irrisória — Cr\$ 400 mil por domingo, "mas pelo menos demonstra o reconhecimento pelos direitos dos clubes". A TV Nacional, apesar de ter deixado de televisar os jogos do campeonato paulista aos domingos, já há algum tempo, está levando ao ar as imagens do campeonato italiano que, devido ao horário — 13

horas —, desestimula o torcedor a sair de casa para ir ao estádio.

Como ajuda, o governo do Distrito Federal oferece apenas o direito de contratar empresas interessadas em publicidade nos campos de futebol, com renda revertida aos clubes. O Banco Regional de Brasília paga Cr\$ 600 mil por mês a cada clube, também referentes a placas de propaganda nos estádios. Tudo o mais é dor de cabeça e sacrifício. Um bom exemplo é o Vasco da Gama (vide box) que disputou os três primeiros turnos do campeonato sem ter sequer um campo para treinamento, como fazem as equipes amadoras de várias cidades do interior do país.

A verdade é que o futebol do Distrito Federal ainda é um futebol "embrionário" e, mesmo enfrentando vários problemas que afastam o torcedor dos estádios, já apresenta um melhor nível técnico em relação a outros anos e um público médio de 1.200 pessoas por partida. Contudo, não se pode prever o futuro do futebol de Brasília. Para muitos esse futuro é "negro", mas o presidente Adilson Peres afirma que "só quem não vai aos estádios é que pensa assim". Comprovem. (William Santiago e Dércio Rodrigues)

BEC contra TEC: noite de lua e bola em Taguatinga

Para quem mora em Taguatinga, ir ao Serejão (por que não Cerejão, que é mais poético) não é tão complicado. Toma-se qualquer ônibus no centro e em poucos minutos baixa-se no bonito e confortável estádio. Hoje, 12 de novembro, tem Taguatinga e Brasília, jogo importante para a classificação do 4º turno do campeonato, mas não há quase fila. Ultrapassadas as borboletas, a visão do gramado e a bola já rolando. E, mesmo assim, gente ainda entrando: essa mania eterna de brasileiro chegar atrasado.

Noite fria, ventos de oeste pra leste castigando a reduzida — mas assanhada — torcida do Brasília, meia-lua passeando no céu azulado e uma bola interminável pros 22 jogadores fazerem o que quiserem. É bonito sempre de se ver as cores, a plástica, o balé no campo, e nas arquibancadas, à esquerda das tribunas e cabines, a torcida do

Taguá, com muita gente de ouvido colado no radinho, soltando palavrão, porque o time vai mal. Apesar de estar alugando meio campo, quem leva perigo mesmo é o Brasília, com contra-ataques baseados na velocidade do pontadão direito Santos, artilheiro do campeonato com 17 gols.

O radinho ao lado comenta o corte de Raimundinho, o melhor jogador do Taguá, momentos antes do jogo, já nos vestiários. Um torcedor contesta, garante que viu o jogador tomando "umas" num boteco da praça do DI, ainda há pouco. Outros comentam os jogos da tarde do campeonato carioca, alguns demonstram total ignorância em relação ao andamento do nosso campeonato. O primeiro tempo termina em zero a zero.

No intervalo, a cervejinha no único bar do estádio. Uma briga entre torcedores quase se espalha. Um do Taguá não gostou do ad-

jetivo "corvo", lançado contra toda a torcida azul-e-branca e paratiu pra tirar satisfações. Ânimos acalmados, cada um pro seu canto, começa o segundo tempo e, logo no início, o gol do Brasília. Quem faturou foi Santos, que agora já tem 18 gols. A charanga do alviro rubro faz um barulho terrível e aproveita para gozar a estranhamente passiva torcida do Taguatinga. Passado o choque do gol, os torcedores começam a insultar o treinador e o presidente Froylan Pinto. No campo, a tentativa desesperada de empatar, mas quase que o "Águia" toma outro gol, no sempre perigosos ataques do Brasília. Terminado o jogo, passam os carros com as bandeiras enroladas em direção ao centro. No rosto dos perdedores a raiva e a tristeza misturadas, como em qualquer lugar do mundo, como depois de qualquer Maracanã. (William Santiago e Dércio Rodrigues)

Escritor e professor de literatura da UnB, Cassiano Nunes, dá o seu parecer sobre a poesia de Brasília, ou melhor, sobre a poesia que ainda não existe em Brasília.

"Não é só nossa economia que se acha em crise — e visivelmente há mais tempo. O último grande poeta brasileiro foi João Cabral de Melo Neto. Mário Faustino morreu num desastre de aviação. Ferreira Gullar é um digno intelectual, mas não é um poeta de alto nível. A poesia está, portanto, em crise, e parece que não é apenas no Brasil. As outras artes também estão em crise. O próprio Gullar denuncia o vazio das bienais, a futilidade e a irresponsabilidade das vanguardas, que nada têm a ver com o autóctone, com o real brasileiro, com o telúrico. O Brasil precisa de um Walt Whitman, um Libertador, sim, mas com os pés em chão brasileiro, pregando a marcha para o Oeste e a conquista ecológica da Amazônia. O resto é rock, colonialismo, alienação.

Considerando o que acabo de dizer, conclui-se que não tenho muito a falar sobre uma poesia específica de Brasília. Brasília sofre dos males gerais e mais o seu caso individual: uma cidade nova, de arquitetura revolucionária, mas de população heterogênea, primitiva em grande parte. Temos uma grande chance para fazer boa poesia... se soubermos aproveitar o momento e aceitar a responsabilidade que ela nos determina. Seremos dignos do desafio? Isto é o que iremos mostrar à medida que o tempo for passando. Literatura não se faz apenas com boa vontade e inspiração circunstancial.

Ela exige uma conduta rigorosa de fidelidade à vocação. Não é moralismo. É a aceitação de um compromisso a que ninguém nos obriga. Não acredito em arte que não parta do artesanato. Isto até os artistas primitivos sabem. É preciso partir de uma técnica inicial, fundamental, que vai se aprofundando, se refinando, à medida que a pessoa se auto-educa. Não vejo diferença fundamental entre o poeta popular e o poeta culto.

Este apenas possui melhores conhecimentos. Mas não acredito que a Arte possa provir da ignorância e da irresponsabilidade.

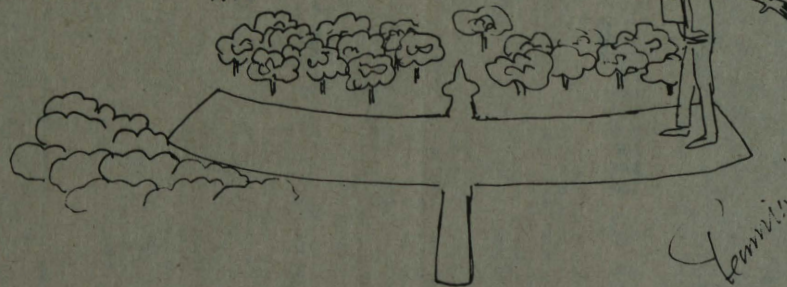
O primeiro passo dos poetas de Brasília deve ser a procura do domínio de todos os tipos de conhecimento que lhes permitam elaborar a grande poesia que Brasília espera. A poesia de Brasília — a que não existe ainda — será o fruto de uma invenção. Imagino — não sou futurólogo — que será uma poesia que expressará o cerrado, o clima local, o estilo de vida de seu povo".

Brasília
Só carrega
Vinte anos sob as costas
Nem desvio de coluna
Nem lordose
Nem corcunda
Brasília é reta e sem bunda
Mas é gostosa demais
Aldo Justo

Vida de Artista
Meu tio
levou a vida que sempre quis —
era funcionário público
e nem a mulher sabia
Chico Alvim

SQS415F303
SQN203F415
NQS403F315
QQQ313F405
SSS305F413

Nicolas Behr



Ao Santo Macho
Há homens
que ainda não perderam
o hímene

Cesário de Souza

Homem: astro-rei

Ontem: uma floresta
Hoje: uma flor resta
Amanhã: nem resta flor

Armando Veloso

Alternativos já têm uma história

1919 — Movimento de Poesia de rua na Alemanha Oriental. 1922 — Movimento de Poesia Alternativa na Inglaterra, que se estende até os dias de hoje. 1944 — Movimento de Poesia Alternativa nos Estados Unidos que se estende até os dias de hoje. 1958 — Movimento de Poesia de rua na Índia. Todos estes movimentos possuíam ou possuem aspectos determinantes e genéricos, seja qual for o país ou região. Um destes aspectos é a divulgação. Em todos, o poeta ia à rua com seu livro na mão e a proliferação de escritores era maciça e significativa. E o Brasil, e Brasília, como se situam nestas margens ou caminhos da literatura?

Na história da literatura brasileira, temos movimentos como romantismo, parnasianismo, Semana de 22 e Poesia de 30. Em todos temos os escritores que são publicados por editoras e elas, imbuídas de seu espírito empresarial, publicam, divulgam, comercializam, enfim, fazem tudo pelo autor. Até mesmo o boicotam "Eu fui um escritor com muita gana, sangue fervido e luta mas, atualmente, meus livros são impressos, divulgados e comercializados por uma editora que me quantifica. Apenas 10% do valor de capa do livro". Palavras de Alan Viginiano, escritor publicado pela André-Quêc Editores.

A Semana de 22 e a Poesia de 30 rompem um pouco com esse processo distributivo do livro no Brasil. Na Semana de 22, escritores como Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Carlos Drummond de Andrade — em 30 — e muitos outros colocam seus livros na rua e vão à luta. A vendagem de poesia ultrapassa as portas das livrarias, indo à saraus, bares e todo o lugar onde o escritor tem acesso. A partir daí o número de escritores prolifera-se, a discussão crítica com relação à qualidade aviva-se, sendo que o movimento perde força em 1935 retomando a mesma em 1942, não ficando nada ou quase nada de exemplares de livros independentes para a história, a não ser livros adquiridos pela Biblioteca Nacional que fica no Rio de Janeiro.

Assim, passamos por uma crise que amplifica-se em 1964 e em 1970. Chacal lança no Rio de Janeiro o grupo Núvem Cigana, com textos rodados em mimeógrafo e a volta às ruas para a vendagem se faz viva. De novo prolifera-se o número de poesias publicadas e o movimento não estagna no Rio, partindo para São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Piauí e Maranhão. Este movimento recebe o apelido crítico de "marginal" ou "alternativo".

Brasília, capital do país, aparece para o cenário nacional de poesia alternativa com Nicolas Behr, em 1978, quando este poeta vende 15 mil exemplares de seu best-seller *Yogurt com Farinha*, incitando assim os jovens poetas candangos que batalhavam por um espaço numa editora para a publicação de seu trabalho. A poesia de novo volta a rasgar as mais variadas portas e volta a ser vendida como vinho, chopp ou água e o país retoma o seu rebuliço e liquidificador literário da Semana de 22. (Anand Rao)

HÁ VAGAS, ou há poesia em Brasília

HÁ VAGAS para texto e traço, mas exige-se qualidade. Esta é a palavrinha começo, meio e fim da revista literária recém-editada por Armando Veloso, Chico Leite, Paulo Joe e José Adércio — os três primeiros, alunos da UnB.

A qualidade é o que difere a revista de outros trabalhos independentes. A começar pelo aspecto bem transado — "Muita gente se assusta com o visual da revista", comenta Chico Leite. Falar de qualidade a nível estético, no entanto, parece ser mais fácil do que em se tratando de conteúdo. O que é qualidade par os meninos da HÁ VAGAS?

Armando: "Qualidade é conteúdo"; Paulo Joe: "É um conceito relativo"; Chico Leite: "É coerência, trabalho, visão crítica e vivência. Posso te mostrar um poema e dizer se ele tem qualidade ou não, mas não me atrevo a formular um conceito de qualidade — é colocar uma foice na cabeça de alguém".

Chico acrescenta outra palavra que pode ajudar no entendimento da personalidade da HÁ VAGAS: trabalho. A obra literária, agora tem de ser trabalhada. Já passou o momento cultural e político da poesia nervosa e feita de supetão, da qual não se tira (e nem se coloca)

uma vírgula, para que sua espontaneidade não seja quebrada. "Não se trata, no entanto, de um novo parnasianismo", afirma Armando, "mas de não se camuflar o mediocre de novo."

A REVISTA

Há vagas também para contos, reportagens, fotografias e desenhos, para textos e traços, enfim. No primeiro número, Tetê Catalão poeticamente faz as apresentações da revista: Cesário de Souza, Turiba, Paulo José, Armando Veloso, Chico Leite, Cassiano Nunes, Caio Silveiro, José Adércio Leite, Theophilus, Graco, Humberto Brasilense, João Borges, Laerte Magalhães e Chico Alvim, poesias; José Adércio reaparece, fazendo contos, assim como Ariosto e Eduardo Rangel. Sai uma reportagem sobre o Egito, quer dizer, sobre as semelhanças entre Brasília e o Egito dos faraós, e uma entrevista sobre poesia dos anos 70 com Francisco Alvim, Liloy, Regine Ramalho, Luiz Venturini, Martinez, Jô Oliveira, Resende e muitos outros fazem os traços.

Feitas as apresentações, resta ao leitor conhecer melhor a revista, para ver se agrada. E aos que são chegados a uns versinhos, confirmar: há vagas? (Rosane Reis)